



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDERSON ALFAIA BARBOSA

LIDIANE MENEZES PANTOJA

ROSANA DO SOCORRO PINHEIRO RODRIGUES

**A PRESENÇA FEMININA NO TRABALHO INFORMAL NO CENTRO
COMERCIAL DE MACAPÁ: APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS.**

Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – Curso de Ciências Sociais – da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto.

MACAPA – AP

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

331.4

B238p Barbosa, Anderson Alfaia.

A presença feminina no trabalho informal no centro comercial de Macapá: aproximações empíricas / Anderson Alfaia Barbosa, Lidiane Menezes Pantoja, Rosana do Socorro Pinheiro Rodrigues; orientador, Manoel de Jesus de Souza Pinto. -- Macapá, 2015.

27 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

A PRESENÇA FEMININA NO TRABALHO INFORMAL NO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ: APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS¹

*Anderson Alfaia Barbosa**

*Lidiane Menezes Pantoja**

*Rosana do Socorro Pinheiro Rodrigues**

RESUMO

O presente artigo teve como escopo principal apresentar o mercado informal de trabalho, no centro comercial de Macapá, numa perspectiva do trabalho feminino. A ideia básica era compreender melhor essa realidade específica de trabalho, registrando como esse segmento desenvolve e vivencia esta experiência laboral em seu dia-a-dia. Uma questão importante, que nossa pesquisa tentou dar conta, foi identificar as dificuldades que levam essas mulheres, primeiramente, escolher, e depois permanecer no trabalho informal. Entre estas motivações identificamos, por exemplo: a baixa escolarização; renda fixa diária; flexibilidade de horário. Por outro lado, nossa pesquisa percebeu também que existem dificuldades, a saber: precarização do local de trabalho (estrutura física) e rígida fiscalização. O método de pesquisa ocorreu numa perspectiva quantitativa e qualitativa. Neste sentido realizamos um survey, onde obtivemos dados objetivos, através de perguntas fechadas; e dados qualitativos, com perguntas abertas. Ao todo entrevistamos trinta mulheres trabalhadoras informais que atuam no centro comercial de Macapá. Nosso questionário constituiu-se de quarenta perguntas para que os informantes pudessem fornecer dados objetivos; mas também deixamos espaço aberto para observações subjetivas. Enfim, a questão central do trabalho foi refletir como teorias no campo da Sociologia do Trabalho pode nos ajudar compreender realidades tão específicas, seja no Amapá ou em outro lugar, como no caso estudado.

Palavras-chave: Relações de trabalho. Informalidade. Trabalho feminino.

ABSTRACT:

The present article had as main scope present the informal market, working in the commercial center of Macapá, in a perspective of female work. The basic idea was to gain a better understanding of this specific reality of work, registering as this segment develops and experience this work experience in your day-by-day. an important question, which our research tried to handle it, was to identify the difficulties that lead these women, first, choose, and then remain in the informal work. Among these motivations have identified, for example: low schooling; fixed income daily; flexibility of schedule. On the other hand, our research realize also that there are difficulties (s), namely: precariousness of the workplace (physical structure) and rigid supervision. The method searches occurred in a quantitative and qualitative perspective. To this end we conduct a survey, where we obtained objective data, through close-ended questions; and qualitative data, with open-ended questions. All in all we interviewed 30 women informal workers who work in the commercial center of Macapá. Our questionnaire consisted of forty questions so that informants could provide objective data; but also leave space open to subjective observations. Anyway, the central question of this work was to reflect how theories in the field of Sociology of work can help us understand realities so be specific in Amapá or elsewhere, as in the case studied.

Keywords: Working relationships. Informality. Female employment.

INTRODUÇÃO

¹ Artigo científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, ministrado pela Prof.^a Dr^a Maria do Socorro dos Santos Oliveira, orientado pelo prof.º Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto.

* Graduando do curso de Bacharelado/Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Durante todo o nosso período acadêmico, tivemos contato com diversas disciplinas, todas essenciais para nossa formação em Ciências Sociais, tanto para o bacharelado quanto para a Licenciatura. No entanto, uma disciplina nos chamou a atenção: Sociologia do Trabalho. Dentro deste campo da sociologia, embora existissem outros temas relevantes, o que nos chamou mais atenção foi o mundo do trabalho em movimento, numa etapa de capitalismo avançado. Uma de nossas reflexões acabou se transformando em ponto de partida para o nosso trabalho de conclusão de curso: **o trabalho perdeu mesmo sua centralidade² na sociedade atual?** Depois desse processo de análise teórica, nosso assunto se voltou para estudar um tema mais empírico, que foi a “forte presença feminina no setor informal no centro comercial de Macapá”.

A ideia inicial deste artigo, então, nasceu de uma constatação: o número acentuado de mulheres que atuam no mercado informal de trabalho (camelôs³) no centro da cidade de Macapá. O tema trabalho será discutido nesse artigo, principalmente em suas implicações cotidianas. Esse artigo pretende oferecer uma análise real do que significa ser “camelô” num país de poucas oportunidades de emprego formal. Mais ainda: quer mostrar a realidade diária de mulheres, que se dividem nas atribuições “da rua e da casa”.

Apesar das grandes mudanças que ocorreram na economia brasileira nos últimos 10 anos, gerando bons níveis de crescimento econômico para toda a sociedade nacional, o mercado de trabalho formal ainda é seletivo e excludente para uma boa parte dos trabalhadores. A partir desta constatação, continuamos a presenciar o crescimento das ocupações sem vínculo empregatício e do trabalho por conta própria. Assim, o mercado de trabalho informal continua sendo uma alternativa de sobrevivência e complemento da renda para aqueles que têm dificuldade em inserir-se no mercado formal, seja por causa da idade, sexo, escolaridade, ou mesmo para fugir dos impostos. Na maioria dos casos (percebemos

² Sobre este assunto ver o livro de Ricardo Antunes “Adeus ao Trabalho”; e outros autores, como Claus Offe, André Gorz e Jürgen Habermas. Por ocasião da disciplina sociologia do trabalho ministrada pelo Prof. Dr. Manoel Pinto, tivemos acesso a essa literatura especializada.

³ Os trabalhadores que atuam neste segmento comercial, em Macapá ou em qualquer cidade brasileira, são conhecidos e denominados de camelôs. Trata-se de vendedores ambulantes, ou seja, comerciante de rua que geralmente desenvolve essas atividades sob o espectro da clandestinidade, com bancas ou barracas improvisadas. A palavra camelô é um galicismo (provém de camelot, em francês, "vendedor de artigos baratos"). De maneira geral, nestes pontos comerciais, são encontrados produtos importados, de baixa qualidade, em alguns casos contrabandeados, de nacionalidade chinesa. No Brasil, muitos dessas mercadorias chegam pela fronteira com o Paraguai.

isso em nossa pesquisa) essas mulheres não fazem escolhas, mas acabam sendo empurradas para esse setor de trabalho. Para uma boa parcela de trabalhadoras, esse caminho é sem volta.

METODOLOGIA

Esse trabalho tem como sujeitos sociais, mulheres que comercializam informalmente diversos produtos no centro comercial de Macapá, abrangendo, os perímetros das praças do Barão de Rio Branco, da Praça Veiga Cabral, do Camelódromo da Avenida Antônio Coelho de Carvalho, da feira do Mercado Central, a Rua São José, Rua Candido Mendes, Canal da Mendonça Junior, Parque do Forte, e da Casa do Artesão.

Durante a execução de nossa pesquisa, ocorrida entre os dias 30 de setembro e 04 de outubro de 2014, percorremos os endereços acima e coletamos dados de 30 trabalhadoras informais que vendem vários produtos na área comercial, cujos artigos são vendidos geralmente em bancas, tabuleiros, barracas de ferro e de madeira e pequenos carros de lanches.

Para dar mais ênfase as dinâmicas que estão inseridas, priorizamos as seguintes áreas comerciais: 1) Observamos que nas praças do Barão do Rio Branco e Veiga Cabral o local é de grande fluxo de pessoas, e a venda principal é de vitaminas, lanches, sucos de frutas e água de coco. 2) No camelódromo da Avenida Antônio Coelho de Carvalho, o local é padronizado, os produtos mais comercializados são vendas de confecções e acessórios em geral. 3) Na feira Central, o local é precário e improvisado e os produtos vendidos são, camarão, frutas, legumes e verduras. 4) Nas Ruas: São José e Candido Mendes, por ser um local bem movimentado, os produtos vendidos são variados, vai desde acessórios, confecções, bijuterias, alimentos até remédios naturais etc...5) No canal da Mendonça Júnior, o interessante nesse local é que existe um número grande de mulheres vendendo refeições (o famoso prato feito) num ambiente bem precário de madeira as margem do canal, infelizmente naquele local somente uma trabalhadora aceitou participar da pesquisa, pois as demais alegaram não ter tempo. 6) No Parque do Forte, o local é bem transitado por pessoas, existe um número bem expressivo de mulheres trabalhando e a maioria delas comercializam batata, macaxeira e banana frita. 7) Na feira do artesanato em frente a casa do artesão, as barracas são todas padronizadas, os produtos vendidos são os artesanato em geral e algumas confecções.

Nesse contexto, de uma forma geral, o centro comercial concentra um grande número de pessoas e boa parte do mercado consumidor circula naquele local, pois é determinante para vender os produtos que aquelas mulheres comercializam. A princípio

durante a elaboração do nosso pré-projeto haviam inquietações que não se encaixavam na nossa ideia preconcebida desse segmento de mercado e que entrava em choque com a realidade da economia e do mercado de trabalho de Macapá. Foi durante a pesquisa que percebemos que esse setor de trabalho informal, apesar de todos os problemas, conseguia estruturar – se e gerar ocupação e renda de boa parte dessas mulheres. Partindo desse contexto o objetivo geral da pesquisa é analisar através de levantamento de dados a situação da mulher no trabalho informal no centro comercial de Macapá, e juntamente com os seus objetivos específicos que são: 1) Identificar os tipos de atividades que elas desenvolvem; 2) Procurar saber o que representa para essas mulheres serem produtivas, e que dimensão ocupa o trabalho em suas vidas. 3) Conhecer o dia-a-dia do trabalho dessas mulheres; 4) Apontar os pontos positivos e negativos de ser uma trabalhadora informal; 5) Mostrar a importância que essas trabalhadoras têm na economia da cidade de Macapá.

Os referenciais bibliográficos foram escolhidos a partir das concepções do pensamento econômico de Marx (1989) e dentre outros autores, com base numa análise econômica, estrutural e empírica com relação ao setor informal de trabalho. Como suporte, o pré-projeto nos acompanha na coleta de dados com relação aos procedimentos e instrumentos metodológicos de pesquisa, onde utilizamos os seguintes: Participação observante (nas praças: Veiga Cabral e Barão do Rio Branco, Ruas: São José e Candido Mendes; Camelódromo da Antônio Coelho de Carvalho; Feira Central; Canal da Mendonça Junior; Parque do Forte e Feira do Artesão na Beira Rio); quantitativo e qualitativo (30 entrevistadas) e aplicações de questionários abertos e fechados.

O questionário está estruturado em oito sessões na seguinte ordem: Dados pessoais; escolaridade; família; trabalho atual; jornada de trabalho; movimento/renda; sindicato; prefeitura/ fiscalização. O pré-projeto nos direcionou na pesquisa de campo no início desta pesquisa, onde apresentamos no primeiro momento as informações estatísticas do perfil socioeconômico dos seguintes itens: a idade, estado civil, naturalidade, escolaridade e família.

O presente trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção, foi feita uma abordagem histórica da mulher no mercado de trabalho e como essa mulher ingressou para a informalidade. Na segunda seção, o intuito foi relatar através de fundamentos teóricos a situação dessas mulheres no local de trabalho, a relação delas com o poder público e o enquadramento do trabalho informal para a economia. Na terceira seção, abordaremos os resultados da pesquisa e apresentaremos os dados obtidos mais relevantes durante a pesquisa de campo, onde traçaremos o perfil socioeconômico dessas trabalhadoras.

1 - MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Segundo Sena (2002), o mercado de trabalho tem suas características definidas pelas condicionantes históricas e institucionais do capitalismo em uma determinada formação social, isto é, as relações entre capitalistas e trabalhadores são influenciadas pelas condições históricas de formação do capitalismo e pela intermediação do próprio estado, cujas ações no mercado de trabalho são diferentes nas diversas formações sociais – em virtude também das especificidades históricas que tem reflexos na caracterização dos mercados de trabalho.

De acordo com, Silva e Magalhães (2010), a família do século passado era estruturada no regime patriarcal, mulheres e filhos eram submissos ao pai, e os filhos educados pela mãe com ideias e costumes impostos por gerações anteriores, mantendo-se assim o equilíbrio social da época e os valores dos seus ancestrais. Toda repressão vivida pela sociedade patriarcal do passado nutriu na mulher o desejo de liberdade moral, intelectual e física, como também a coragem para lutar pelos seus direitos de igualdade, o que provocou transformações significativas na vida da mulher e da família. Com avanço do sistema do capitalista, a mulher obteve a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho atuando nas grandes indústrias mecanizadas, fato que acelerou o processo de ascensão social e independência econômica da mulher criando novas condições de vida superior a o regime patriarcal.

Para Probst (2010), isso de fato começou com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

As mudanças culturais vivenciadas pelas mulheres valorizam sua independência e autonomia, considerados também como determinantes para o irreversível aumento da mão-de-obra feminina. Tais transformações geraram um grande impacto no modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, em que o homem é considerado o provedor e à mulher cabem os cuidados da família. A nova identidade assumida pela mulher moderna nas práticas econômicas, políticas e educacionais colaboram para valores igualitários nas relações de gênero. Sendo assim, as famílias formadas por casais têm as responsabilidades familiares divididas, tendo como referência a inserção de ambos os cônjuges no mercado de trabalho. (SORG, 2005, p. 10 apud MAIA, 2011 p.30).

A autora ressalta, ainda, que apesar da evolução da mulher em todas as esferas, principalmente o crescente aumento do índice de ocupação no setor econômico, os ideais de igualdade no mercado de trabalho ainda estão longe de se realizar. A discriminação é notória nas atividades realizadas pelas mulheres, quase sempre mais precárias no que se refere à renda. Suas horas trabalhadas em emprego temporário, doméstico ou informal continuam a ser subestimadas quando se trata de igualdade de remuneração.

1.1 – O TRABALHO DA MULHER NO BRASIL

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho acelerou-se basicamente a partir dos anos 50, em decorrência do crescimento industrial brasileiro, acentuando-se na década de 60 com a implantação de um modelo econômico calcado no arrocho salarial que exigiu da mulher uma contribuição decisiva para a ampliação da renda familiar. Mas, o contínuo crescimento do número de mulheres que realizam o mesmo tipo de trabalho que os homens, não significam que os preconceitos seculares quanto à “inferioridade” da mulher tenha sido revogado (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).

Para Salomão e Drews (2005), a presença das mulheres no mercado formal de trabalho (força feminina) é uma realidade atual em todo o mundo. O ingresso de mulheres mais acentuado aconteceu a partir dos anos 70, e elas vêm, num crescente, consolidando seu espaço, em especial no trabalho urbano. O ingresso gradual e de forma crescente da mulher no mercado de trabalho talvez se deva ao crescimento demográfico da população feminina: as mulheres são a maioria na população total urbana. No início do século, as mulheres representavam 49% da população total e, em 1996, já somavam 50,7%.

Outro fator de grande relevância para a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho refere-se à estagnação econômica, elevada inflação e mudanças na estrutura do emprego vividas pelo Brasil na década de 80. Leone, (1997) ressalta que os fatores econômicos reforçaram a maior participação feminina no mercado na tentativa de evitar o empobrecimento das famílias, não deixando de considerar as profundas transformações sociais que vem ocorrendo ao longo dos anos. A estagnação econômica sofrida pelo Brasil na década de 80 fez aumentar as desigualdades socioeconômicas e a pobreza. Esta autora ainda argumenta que a estagnação repercutiu na estrutura setorial e nas posições de ocupação do mercado de trabalho, diminuindo a produção de bens e aumentando a de comércio e prestação de serviços. Nesse contexto de mudanças na estrutura do emprego e elevada inflação aumentou a participação da mulher na atividade econômica que vinha

acontecendo desde a década de 70 por conta de mudanças políticas, sociais e culturais desencadeadas no mundo. Para sua inserção no mercado de trabalho as mulheres dependem de fatores de ordem familiar que muitas vezes limitam a sua maior expansão.

De acordo com Probst (2010), no Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela que a parcela de mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença é mais patente nas funções menos qualificadas. No topo, elas quase alcançam os homens. Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina. De cada dez afetadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), oito são mulheres.

Para Muniz (2008), a história da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, está sendo escrita com base, fundamentalmente, em dois quesitos: a queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução da população feminina. Estes fatores vêm acompanhando, passo a passo, a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação de sua renda. A analista do Departamento de Rendimento do IBGE, Vandeli Guerra, defende que a velocidade com que isto se dá não é o mais relevante. O que estamos constatando é uma quebra de tabus em segmentos que não empregavam mulheres. Nas Forças Armadas, por exemplo, elas estão ingressando pelo oficialato.

Além disso, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro originada da necessidade de sobrevivência familiar e a verificação da crescente situação de mulheres como chefe da família encontra na conjuntura uma situação econômica de baixa oferta de novos empregos, o que colabora para que a mulher aceite condições desvantajosas e sem proteção legal no mercado de trabalho assalariado.

1.2-MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

De acordo com Cacciamalli et al, (2000), o mercado de trabalho informal é difícil encontrar um conceito exato, dada à variedade de definições utilizadas nos trabalhos existentes. Entretanto, um grande conjunto de autores o define como sendo aquele onde prevalece o mínimo de intervenção do governo, não cumpre as leis ou regras, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas, sem contratos registrados junto à seguridade social, sem

tempo de duração e sem que sejam definidos de forma clara itens básicos como função, horas trabalhadas, descanso semanal remunerado, entre outros.

Para Jakobsen (2000), existem diferentes visões do que seria este setor informal e, desta forma, diferentes explicações para sua origem. De acordo com o Programa de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, citado pelo autor pode dizer que o setor informal é aquele que se compõe de pequenas atividades urbanas geradoras de renda e que se desenvolvem em mercados desregulamentados e muito competitivos, onde é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Essas seriam atividades que necessitam de pouquíssimo investimento de capital, técnicas rudimentares e mão de obra com pouca qualificação. Aqui o emprego é instável, a produtividade é baixa e a renda precária.

Ao analisar a informalidade através da auto-ocupação, Hirata e Machado (2007) concluem que os indivíduos, independente do sexo, podem entrar no mercado informal pelo histórico familiar, pela busca de uma jornada de trabalho flexível, pelo controle do seu próprio negócio, assim como pela, oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Mas, podem entrar na informalidade também por uma estratégia de sobrevivência, ou seja, uma alternativa à falta de melhores oportunidades de emprego, nesta última situação os indivíduos recorrem à informalidade como forma de aliviar ou evitar a pobreza, desconsiderando as características não pecuniárias da posição, exercendo muitas vezes trabalhos de baixa produtividade. Para a autora:

Com a crise do mercado de trabalho que atingiu o Brasil de forma significativa a partir da década de 1990, o que se pode observar foi uma elevação das ocupações informais. A participação dos empregos informais que já vinha crescendo desde 1980, aumentou expressivamente na década de 90, quando o grau de informalidade em que era de 36,6% da população ocupada em 1986 pulou para 40% 1991 e ultrapassou os 59% em 1999 (HIRATA, 2007 apud, CORREA, 2009, p. 2).

Para Cacciamalli (2000), com a diminuição dos postos de trabalho formais observada no período de crise econômica conjuntural das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, os principais elementos condicionantes da intensificação do setor informal no contexto do mercado de trabalho, têm origem nos processos de reestruturação produtiva, que envolvem a reorganização e realocação das atividades no espaço, bem como a reorganização técnica, estratégica, administrativa e operacional do trabalho verificada nas empresas em busca da competitividade interna e internacional. Estes elementos conviveram com a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, particularmente nos anos 90, com aprofundamento da internacionalização e abertura comercial das economias, e ainda da desregulamentação dos mercados. Estes processos criam incertezas nos negócios, menores taxas de crescimento econômico e do emprego, que repercutem de forma diferenciada nas

diversas economias desenvolvidas e em desenvolvimento, de acordo com suas características estruturais e conjunturais contemporâneas.

Neste contexto, são renovadas as relações de trabalho não assalariado, criando-se paralelamente formas de trabalho a domicílio e de trabalho temporário, intermediadas por firmas locadoras de mão-de-obra ou subcontratação. Este conjunto de novas relações de trabalho criado pela estratégia de empresas oligopolistas se difunde para todo o espaço econômico, levando à reestruturação das demais firmas e gerando condições para a ampliação do trabalho por conta própria, particularmente devido à diminuição do trabalho assalariado, paralelamente à falta de políticas públicas compensatórias. Adicionalmente surgem no setor informal oportunidades de ganhos superiores aos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Finalmente a ampliação das atividades informais é devida ainda à dificuldade de sobrevivência de indivíduos que não logram reempregar-se ou ingressar no mercado de trabalho e podem exercer trabalhos de baixa produtividade.

Para Antunes (2001), nos países de capitalismo avançado, ocorre transformações com graves consequências para a sociedade como: desproletarização do trabalho industrial fabril, ou seja, redução da classe operária tradicional, em detrimento da expansão do trabalho assalariado no setor de serviços; aumento da força feminina no mercado de trabalho e a intensificação da contratação terceirizada. Processos contraditórios que geram uma classe trabalhadora heterogênea, fragmentada e complexa, propiciando o surgimento do desemprego estrutural em decorrência também, da automação e tecnologia, atingindo o mundo em escala global. A subproletarização do trabalho, vinculado à economia informal, resulta na precariedade do emprego e remuneração, na desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais, na ausência de proteção e expressões sindicais.

Apesar de serem múltiplos e complexos os motivos que levam os trabalhadores a informalidade, é grande a quantidade de estudiosos que acreditam que, invariavelmente, a deterioração do emprego e o aumento do mercado informal estão relacionados com as mudanças estruturais, a baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais e a presença gradual do desemprego.

1.3 - A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO INFORMAL

De acordo com Borges et al , (2005), o mercado de trabalho mantém fortes desigualdades, principalmente em relação aos salários. No Brasil, o desemprego feminino sempre fica acima do masculino (10%) e a informalidade é mais alta entre as mulheres.

Apenas 36% estão no mercado formal. Para a grande maioria de mulheres, faltam postos de trabalho de boa qualidade. Além disso, as mulheres trabalham mais do que os homens. Na verdade, o uso do tempo da mulher é muito diferente do homem. O tempo remunerado é maior entre os homens e o não remunerado é maior entre as mulheres.

Atualidade, a introdução das mulheres no mercado de trabalho formal e informal se ampliou. O contingente feminino alcança mais de 40% da força de trabalho em vários países avançados, mas tem sido absorvido, especialmente, no universo do trabalho precarizado e desvalorizado, isto é, a maior parte das mulheres por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal, busca na informalidade uma forma para sua sobrevivência, mesmo diante da falta de direitos trabalhistas, que consiste na principal quantidade do trabalho informal.

As mulheres são as principais vítimas da precarização do trabalho no setor informal, da ausência da carteira assinada, do trabalho temporário e das doenças ocupacionais devido ao trabalho repetitivo. Sua introdução frágil no mercado de trabalho impõe a condição do subemprego. São milhões de excluídas de direitos trabalhistas.

Hirata (2008) aponta indicadores importantes que confirmam a precarização do trabalho, dentre eles: a ausência da proteção social, sendo este o indicador mais significativo de trabalho precário; as horas reduzidas de trabalho que têm como consequência baixos salários conduzindo à precariedade; os baixos níveis de qualificação, a falta ou a ausência de uma qualificação formal, juntamente com os baixos salários que podem conduzir à precariedade e ao desemprego. A respeito desses indicadores, afirma:

Esses indicadores vão ao sentido de uma forte divisão sexual da precariedade, porque as mulheres são mais numerosas que os homens no trabalho informal de um lado, no trabalho de tempo parcial do outro; o número de horas trabalhadas das mulheres é inferior, inclusive no Brasil, pelas estatísticas oficiais. Elas continuam nos postos e níveis cada vez mais baixos na escala de qualificação. (HIRATA, 2008, p.26)

Tal afirmação é reforçada pelo estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) com base em dados divulgados em 2009, indicando que no Brasil, embora a renda média das mulheres tenha crescido pelo quinto ano consecutivo, no ano passado ainda representava 67,1% da remuneração dos homens. As mulheres representavam no ano passado 51,3% da população em idade ativa, mas apenas 42,6% dos ocupados e 58,3% dos desempregados. Estes índices confirmam que o trabalho das mulheres, em relação ao dos homens, assume um caráter complementar na sustentação da família por exercerem atividades de baixa qualificação e com baixa remuneração. O processo de terceirização da economia

brasileira, caracterizado pelo subemprego em atividades de baixa produtividade, baixo prestígio e baixa remuneração, atingiu primordialmente a força de trabalho feminina.

2 – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TRABALHO INFORMAL

O trabalho informal é uma alternativa de sobrevivência para milhares de pessoas, nesse contexto, para Soares, (2008).

“os trabalhadores vão buscando diversas formas de garantir a sua sobrevivência e da sua família. Verifica-se aí a crescente precarização das relações de trabalho, o crescimento de atividades classificadas como subemprego, trabalho informal e a exclusão por completo de uma parcela significativa da classe trabalhadora do mercado de trabalho”

Soares, (2008):

O trabalho informal está se expandindo, na sua análise “acredita-se que, ao se demonstrarem as causas da produção da superpopulação como algo imanente à dinâmica capitalista, aponta-se o principal elemento que implica na busca, por parte dos trabalhadores, de atividades alternativas (informais) frente à dificuldade de inserção nas formas clássicas de produção capitalista”.

Através da análise das entrevistadas ficou constatado que a informalidade apresenta pontos positivos como a flexibilidade de horários, ganhos mais satisfatórios, ausência de patrão. Fica evidente a positividade do trabalho informal para as trabalhadoras do centro comercial de Macapá na fala da entrevistada, Jaqueline Batista⁴: “*Sim, porque com pouco ou com muito eu consigo sustentar meus filhos, pois, se eu ganhasse um salário mínimo não daria para sustenta-los*” (Trabalho de Campo, set/out, 2014).

Quanto aos pontos negativos, constatou-se a ausência da carteira assinada pelo fato de que o trabalho informal não apresenta as mesmas características do trabalho formal, por trabalharem sempre em calçadas ou mesmo nas ruas o fator climático é uma das dificuldades (chuva, sol e poeira), além da perseguição imposta pelos fiscais da prefeitura, bem como a falta de um local para as trabalhadoras guardarem seus equipamentos e produtos. Portanto, ficam visíveis algumas reclamações pelo fato de se trabalhar na informalidade, isto fica evidente na fala da informante Francimery Cardoso: “*Estrutura, chuva, sol e poeira e a dificuldade para montar e desmontar a barraca*”. Foi perguntado se seus desejos financeiros estão sendo atingidos? E a resposta foi “*não, por que o movimento está muito fraco*” (Trabalho de Campo, set/out, 2014).

Assim, como o trabalho formal, o trabalho informal tem seus pontos negativos e positivos, ou seja, trabalhar na informalidade para muitas vendedoras é muito mais relevante e lucrativo e menos penoso do que se trabalhasse de carteira assinada. Observa-se que para as

⁴ Não foi preciso deixar o nome das entrevistadas no anonimato, o orientador entendeu que não se trata de dados sigilosos, que possa comprometer tanto as trabalhadoras quanto o grupo envolvido no trabalho.

duas opções de trabalho é pior, ou melhor, em se tratando de condições de trabalho, tanto o informal quanto o formal apresentam aspectos degradantes para as trabalhadoras. Oliveira (2004, p. 1) chama atenção acerca do trabalho:

[...] quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, aprisionando os indivíduos e unilateralizando-os. Se por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social.

A crítica feita pela autora, é de repúdio ao trabalho que aliena, aprisiona o ser humano que “fere seu corpo e sua mente, e que rouba sua dignidade”.

2.1- RELAÇÕES AMBULANTES x PREFEITURA/FISCALIZAÇÃO

O gênero feminino, analisado por SCHUMAHER ET AL (1998) utilizava às experiências fragmentadas, adquirida em tempos de escravidão. Atuavam nos serviços domésticos, na prostituição ou como ambulantes vendendo variadas mercadorias de acordo com as ofertas e interesses locais. Os produtos ficavam disponíveis nas “quitandas, tendas, tabuleiros e cestas, onde vendiam peixes, carne, farinha, frutas, hortaliças, flores, doces, aguardente, refrescos, louças, tecidos, charutos, velas, amuletos, bonecas, hóstias, carvão, lenha” (SCHUMAHER ET AL, 1998, p.62) e muitas outras ditas “quinquilharias” que geravam ganho para manter os significados ou sentidos simbólicos, pois:

As mulheres livres e libertas, presença mais numerosas no vai-e-vem deste comércio, experimentavam uma situação diferente daquela das escravizadas, pois não sofriam interferência em seus negócios e os resultados dos produtos comercializados eram unicamente seus. (SCHUMAHER et al.1998, p.62).

Segundo Schumacher et al (1998) que analisa o alvará de licenciamento cedido pelas autoridades municipais para as mulheres, somente com essa autorização praticavam o trabalho de ambulante nos locais públicos, as exigências eram rigorosas e deveriam ser cumpridas, caso contrário, eram punidas, já que:

(...) após o pagamento de uma taxa de matrícula, concedia a licença obrigatória para a exploração destas atividades. Além disso, havia uma fiscalização permanente do mesmo órgão para checagem dos pesos e medidas – quando irregulares, os responsáveis deveriam ser punidos com multas ou cadeia (...). (SCHUMAHER ET AL.1998, p.62).

Analisando o contexto histórico, percebemos que o trabalho de ambulante detinha o apoio municipal segundo Schumacher et al (1998, p.62) “após o pagamento de uma taxa de matrícula, concedia a licença obrigatória para a exploração desta atividade”, e fazendo uma analogia com a realidade desse trabalho (ambulante) na cidade de Macapá, percebemos o inverso diante desse trabalho informal. As entrevistadas apontam que a melhoria do trabalho

de ambulante se efetivaria caso tivessem esse suporte (apoio do órgão competente). As mesmas alegam que sofre “perseguição” por parte dos fiscais da SEMDUH (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbanístico). Durante a entrevista com essas mulheres, observamos que todas elas almejam trabalhar com mais dignidade em um local fixo e padronizado. Percebemos as cobranças das entrevistadas com relação a esse apoio por parte da Prefeitura através da fala de algumas trabalhadoras: Francinete Rocha: *“na época de eleições eles são bons, mas depois que eles ganham, eles começam a tirar a banca”*. Francimery Cardoso: *“a Prefeitura não apoia, mas, de vez em quando perseguem os trabalhadores”*. Deusa Silva: *“a prefeitura tirou alguns trabalhadores do local e não deu espaço melhor para trabalhar (Trabalho de Campo, set/out, 2014)”*.

Por outro lado o setor responsável pela fiscalização nas ruas de Macapá (SEMDUH) alega que, os ambulantes tanto homens, como mulheres que trabalham informalmente no centro comercial de Macapá, ocupam irregularmente os logradouros públicos e que, segundo a prefeitura, essa prática afeta o quadro de postura do Município, pois os mesmos obedecem à lei municipal que diz o seguinte:

Seção III Das Atividades em Geral, nos Logradouro⁵. Art. 78. Somente com autorização da Prefeitura de Macapá poder-se-á exercer atividade econômica nos logradouros públicos. Parágrafo único. Caberá à Prefeitura, em sintonia com o que dispõe a legislação sobre o uso do solo de Macapá. Art. 79. As atividades econômicas em logradouros públicos poderão ser exercidas em pontos fixos ou em caráter itinerante ou ambulante. (LC 027/2004-ART. 78, 79).

⁵ Capítulo VIII dos Logradouros Públicos e da Autorização de seu uso

Seção I Disposições Gerais

LC 027/2004 ART. 74,75.

Art. 74. Consideram-se logradouros públicos os espaços destinados à circulação de pessoas e veículos, ou de ambos, compreendendo, passeios, ruas, travessas, praças, estradas, vielas, largos, viadutos, escadarias etc., que se originem de processo legal de ocupação do solo ou localizados em Áreas de Especial Interesse Social.

§ 1o Os logradouros públicos e passeios deverão atender às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, nos termos definidos pelas normas técnicas federais.

§ 2o Os passeios deverão ser livres de qualquer entrave ou obstáculo, fixo ou removível, que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimentos e a circulação com segurança das pessoas.

§ 3o As unidades imobiliárias, construídas ou não, serão identificadas por placas, afixadas pelos respectivos proprietários, de acordo com padrão estabelecido por Decreto do Poder Executivo.

§ 4o Os aparelhos de ar condicionado instalados nas casas e apartamentos devem ser providos de coletores de água impedindo o gotejamento sobre as calçadas e logradouros.

Art. 75. Qualquer entidade que tiver de executar serviços ou obra em logradouro deverá fazer comunicação aos entes de serviço públicos interessados ou porventura atingidos pela execução dos trabalhos.

§ 1o Os responsáveis por obras e construções estão obrigados a montar tapumes e andaimes seguros, conforme as exigências do Código de Obras e Instalações.

§ 2o Os materiais de construção descarregada fora da área limitada pelo tapume serão, obrigatoriamente, removidos para o interior da obra dentro de duas horas, no máximo, contadas do momento da descarga dos mesmos.

Durante nossa pesquisa buscamos o depoimento do chefe de divisão da fiscalização para que ele pudesse nos esclarecer alguns questionamentos relevantes do trabalho informal. Neste sentido fizemos algumas indagações: de que forma a Prefeitura está atuando para a realocação desses trabalhadores sem afetar o quadro de postura do Município? E se existe por parte da Prefeitura, políticas públicas com relação ao trabalho informal na cidade de Macapá? Sobre esse assunto o Chefe da divisão de fiscalização da SEMDUH disse que:

“Se eu sou ambulante e moro no novo horizonte, a prefeitura esta fazendo com que ele tenha essa relocação lá no novo horizonte, evitando que ele chegue ao centro comercial e que melhoraria muito a situação de trabalho se ele estivesse no próprio bairro dele. (...) e que se tratando de políticas públicas, a prefeitura atua em diversas maneiras uma dela é organizar e controlar esses ambulantes através do Departamento de Controle Urbano- DCU, onde os fiscais fazem um planejamento em determinadas áreas e mostrar para aquele trabalhador que está irregular que nessa área tem condições de se trabalhar, basta que se regularize junto à prefeitura e ai vai do vendedor querer ou não e muitas das vezes o vendedor não quer estar alocado somente em um lugar ele quer mesmo é onde está o povão”. (informação verbal)⁶

Em relação a essa questão prefeitura e trabalhadoras informais, identificamos que, existe por parte dos dois setores uma condição não harmônica, de um lado as trabalhadoras precisam de um local mais digno para trabalhar e lutam pela sobrevivência; e do outro lado, à fiscalização tenta cumprir o seu papel que é manter a organização dos locais públicos.

2.2- TRABALHADORAS INFORMAIS DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ ÀS MARGENS DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Nesta seção serão enfocadas as abordagens de cunho marxista acerca do exército industrial de reserva⁷, fazendo uma comparação com o trabalho informal das mulheres do centro comercial de Macapá. Para Soares (2008), a existência do trabalho informal não é algo novo, o que é novo é somente o contexto, e a forma de entendê-lo, no ramo das ciências humanas e sociais, sendo assim, para o autor, o avanço e a dinâmica do desemprego é seguida pelo desenvolvimento do capital, portanto, o trabalho informal também avança com este.

⁶ Informação fornecida por Raimundo de Souza Cardoso no dia 12 de novembro de 2014.

⁷ Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx na sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para a precarização dos salários.

Soares (2008) confirma que o principal motivo que faz com que homens e mulheres busquem o trabalho informal é pelo fato, de que se encontram desempregados, ou seja, excluídos ou não conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho entenda-se que estes estão no exército industrial de reserva. Também a falta de capacitação impedem os mesmos de conseguirem trabalho assalariado, tem os que preferem trabalhar na informalidade, “opção pessoal”.

O movimento incessante do capitalismo se dá em prol do aumento de produtividade, da expansão da propriedade privada, do aumento da riqueza, do “... interminável processo de obter lucros” (MARX, 2002, p.183-184 apud DURÃES, 2004, p.36), passando inerentemente pelo crivo da formação de uma população apta para o trabalho, na condição de excedente. De acordo com Marx:

Quanto maior à riqueza social, o capital em formação, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. (Marx, 2002, p.748 apud Durães, 2004, 36).

Assim, para Marx:

...se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorada, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (2002, p.735 apud Durães, 2004, p.36,37).

Essa superpopulação relativa assume três formas: a primeira é a **flutuante**, composta por trabalhadores que perderam seus postos com o próprio crescimento da economia; a segunda é a **latente**, geralmente composta pelos trabalhadores rurais, que estão rebaixados à linha do **pauperismo**, formando uma população supérflua; a terceira forma da superpopulação é a **estagnada**, formada por parte dos trabalhadores em ação, mas que estão inseridos em ocupações totalmente irregulares. “Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.” (MARX, 2002, p.746 apud DURÃES, 2004, p.37). E é esta forma que vai ser relacionada à informalidade, aos trabalhadores de rua.

Dentro desse contexto, os trabalhadores de rua podem ser categorizados como sendo parte da superpopulação relativa estagnada, pois se caracteriza por ser:

... parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular (...). Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora... (Marx, 2002, p. 746 apud Durães, 2004, p.37-38).

Nesta perspectiva, os trabalhadores de rua têm uma dupla funcionalidade: 1) pressionam os trabalhadores formais a permanecerem em seus empregos, em quaisquer condições; 2) servem para baratear o valor da “cesta de consumo” do trabalhador regular, logo diminuir ou estagnar seu salário.

Baseado nos fundamentos de Marx no que diz respeito ao Exército Industrial de Reserva, um dos nossos questionamentos confirma claramente a situação da categoria trabalhador informal dentro do contexto do autor, quando perguntamos para as entrevistadas Porque você começou a trabalhar como ambulante?

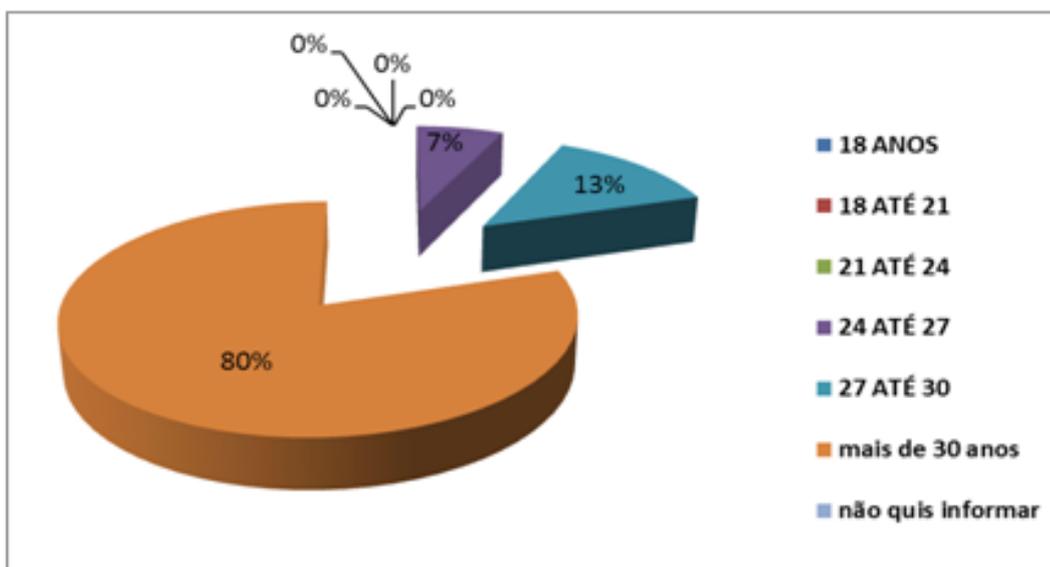
Elas afirmam que 33% ficaram sem trabalho e procurou, mas não conseguiu emprego, e 20% disseram que de início foi só para completar a renda, mas que depois passaram a trabalhar definitivamente como ambulante, e 10% das entrevistadas ficaram sem trabalho, mas logo começaram a trabalhar como ambulante, e não procuraram, mas outro emprego.

3-RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS: PERFIL DAS TRABALHADORAS INFORMAIS DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ

Na busca pela compreensão da inserção e permanência das trabalhadoras na informalidade pode-se chegar, nesta pesquisa, após a análise dos dados obtidos por meio de questionários abertos e fechado aplicados a 30 mulheres que trabalham no setor informal no centro comercial de Macapá.

A aplicação dos questionários como instrumento de pesquisa do presente estudo revelou alguns dados interessantes com relação ao perfil das entrevistadas. Em relação à idade dessas trabalhadoras, a pesquisa aponta que, 13% das entrevistadas têm entre 27 a 30 anos e que 80% delas têm mais de 30 anos de idade.

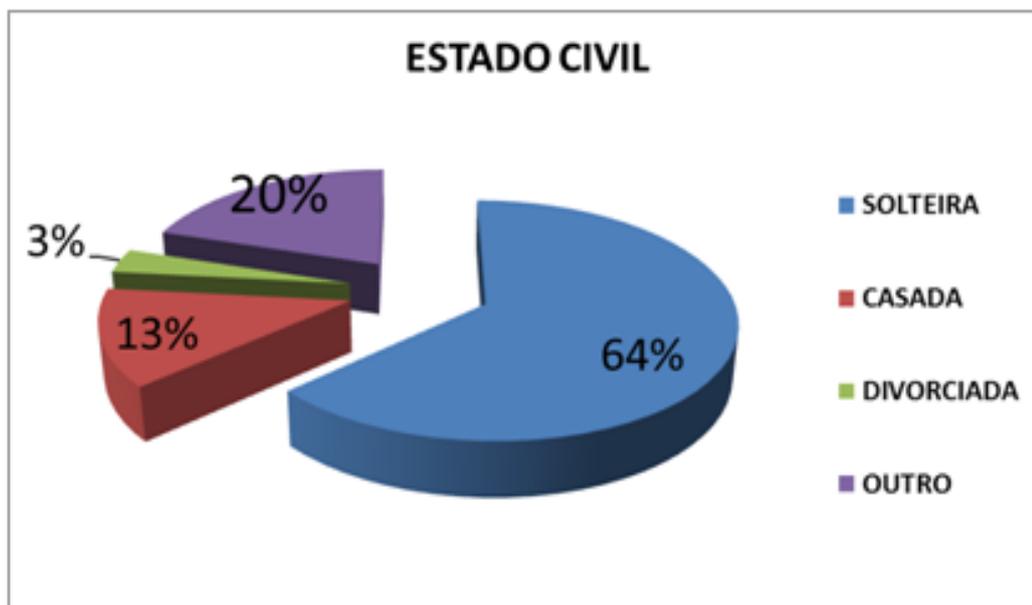
GRÁFICO 1 - IDADE



Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Quanto ao estado civil dessas mulheres verificamos que 19 delas são solteiras que equivale a 64% e das casadas, foram quatro mulheres num total de 13% e as que informaram outros foram cerca de seis trabalhadoras que totaliza 20% delas.

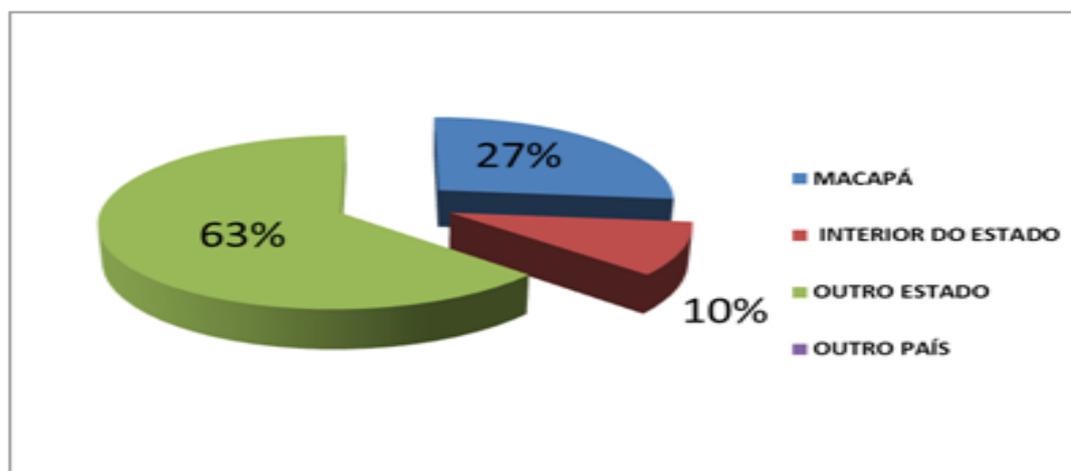
GRÁFICO 2 - ESTADO CIVIL



Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Já a naturalidades das entrevistadas a pesquisa aponta que 27% são oriundas da cidade de Macapá, as que disseram que são de outro estado representam 63%.

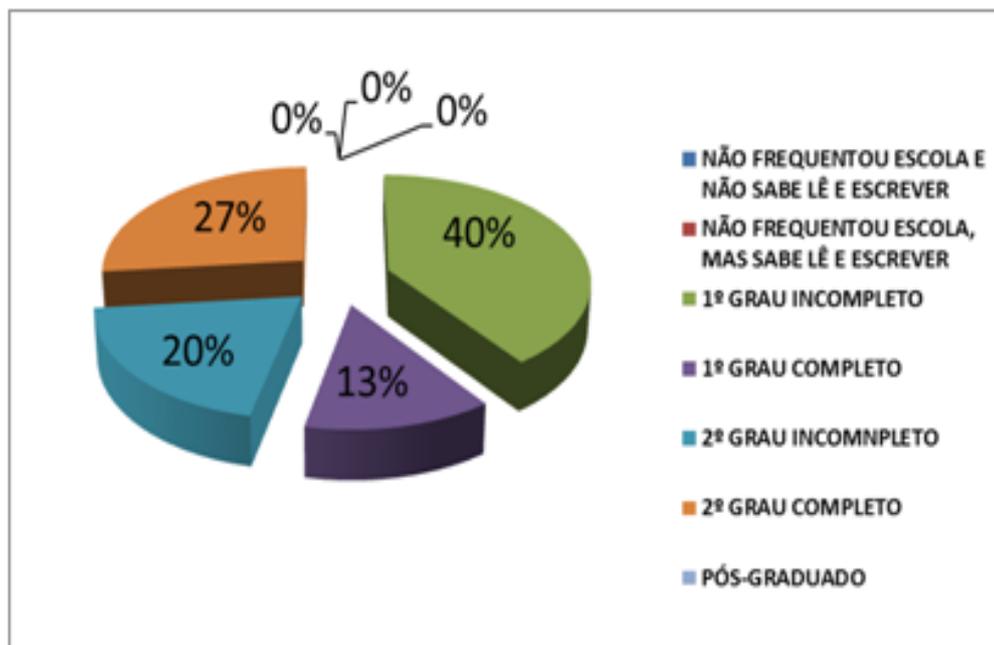
GRÁFICO 3 - NATURALIDADE



Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Na questão da escolaridade 40% das entrevistadas possuem o primeiro grau incompleto, enquanto que 27% afirmam que tem o segundo grau completo, a presente análise quis saber se essas mulheres ainda estudam, onde se verifica que 13% ainda estudam e as que disseram que não estudam mais representa 87% das entrevistadas.

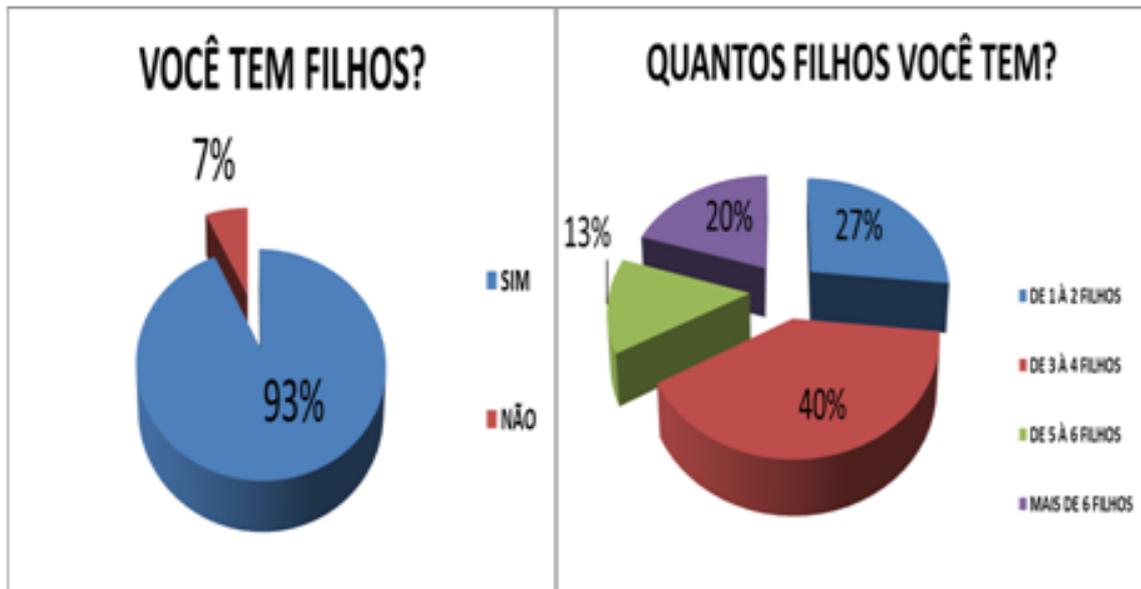
GRÁFICO 4 - ESCOLARIDADE



Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Na questão da família perguntou-se se tinham filhos 7% não tem filhos e 93% afirmam que tem filhos totalizando 28 entrevistadas, observou-se mediante os números que 40% das mulheres tem 3 a 4 filhos e 27% delas têm de 1 a 2 filhos.

GRÁFICO 5 - FAMÍLIA



Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Segundo a tabela com a opinião das entrevistadas 84% das mulheres afirmam que o seu trabalho é a sua principal fonte de renda, e 8% falam que o trabalho representa para ela a principal fonte de renda da família e que 4% disseram que o trabalho informal é uma fonte de renda complementar.

GRÁFICO 6 – VALOR DO TRABALHO

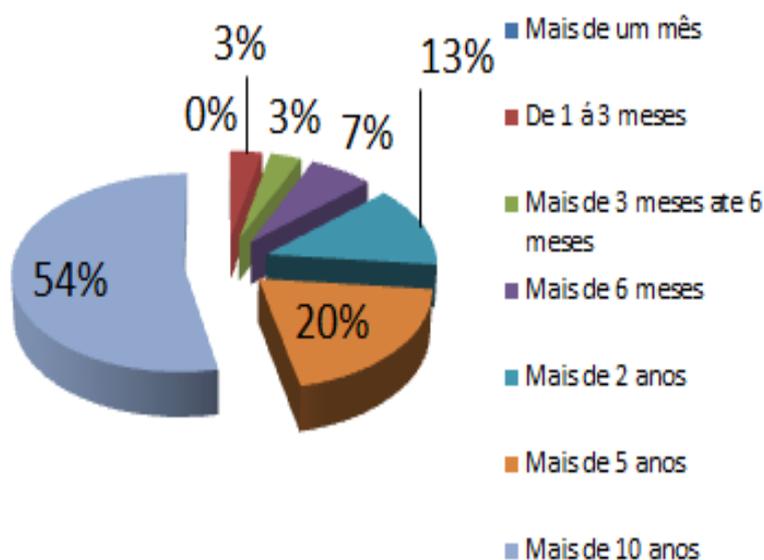


• Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014

A pesquisa também aponta que 54% das trabalhadoras entrevistadas afirmam que trabalham há mais de 10 anos informalidade, e 20% delas têm em média mais de 5 trabalhando nesse setor e que 13% dessas mulheres estão trabalhando há mais de 2 anos na informalidade.

GRÁFICO 7 - TEMPO DE TRABALHO

Há quanto tempo voce trabalha como ambulante

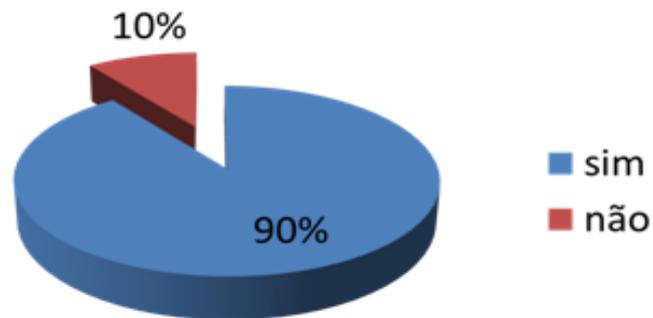


• Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014

Perguntamos as informantes se elas gostam do que fazem atualmente, e 90% disseram que sim; e 10% afirmaram que não, porém não têm outra ocupação.

GRÁFICO 8 - RELAÇÃO COM O TRABALHO

Voce gosta do que faz hoje.

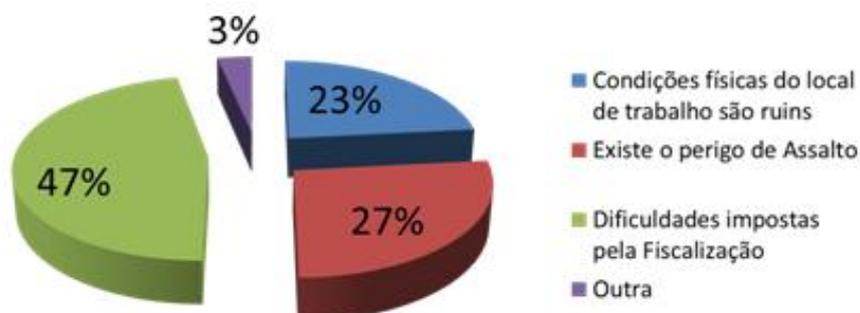


Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Segundo os dados obtidos no survey, 46% das trabalhadoras do comércio informal de Macapá, disseram que o maior problema que enfrentam no trabalho é a dificuldade imposta pela fiscalização; e 27 % têm receio de serem assaltadas, e 23% não estão satisfeitas com as condições do local de trabalho que estão submetidas.

GRÁFICO 9 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

Qual é o maior problema que enfrenta por trabalhar na rua

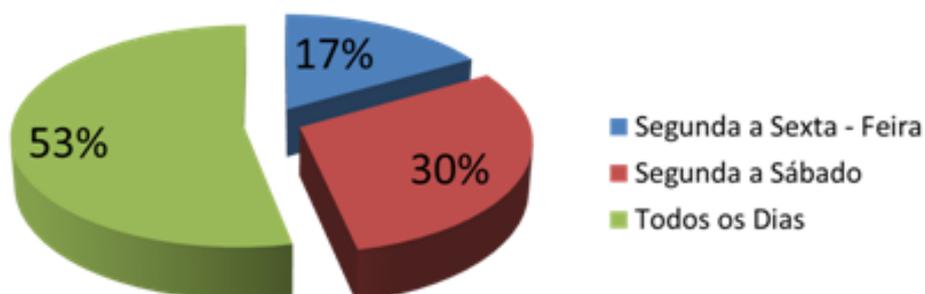


• Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014

Com relação à jornada de trabalho 53% das entrevistadas trabalham todos os dias, e 30% delas trabalham somente de segunda a sábado e 17% fazem suas atividades de segunda a sexta-feira.

GRÁFICO 10 – JORNADA DE TRABALHO

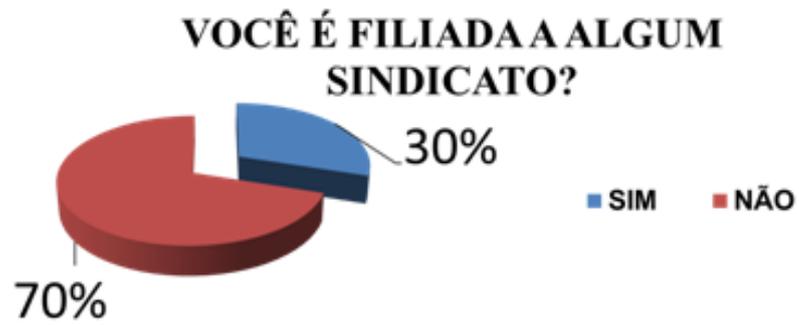
Voce trabalha.



Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014.

Sobre seus vínculos sindicais, 70% das informantes disseram que não. Por outro lado, 30% falaram que pertencem algum sindicato.

GRÁFICO 11 - SINDICATO



- Fonte: Pesquisa de campo, comércio informal, Macapá-AP, Outubro-Novembro/2014

CONSIDERAÇÃO FINAL

De acordo com a análise dos dados apresentados, verificou-se que há desigualdade entre o homem e a mulher no mercado de trabalho, mesmo na informalidade, exigindo políticas públicas bem mais específicas tanto para o trabalho formal quanto o informal.

Este estudo constatou também que, a informalidade continua crescendo entre os segmentos que tradicionalmente encontra maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, como: as mulheres, trabalhadoras de baixa escolaridade e com mais idade. Entretanto verificou-se o crescimento da informalidade afetando os trabalhadores das mais diversas características (gêneros, faixa etária e grau de escolaridade), isso está ocorrendo devido o crescimento do desemprego, pois até pessoas com maior escolaridade estão encontrando dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado o poder público não sabe o que fazer com esses trabalhadores informais que não tem um local fixo para trabalhar e garantir o sustento da família falta políticas públicas para melhoria das condições de trabalho.

As trabalhadoras informais são grupos heterogêneos e participam pouco de sindicatos e associações, porque não acreditam que estes possam resolver seus problemas. São pessoas descrentes de organizações políticas, pois suas organizações são fracas e pouco representativas. Essa falta de organização as impedem de exigir melhores condições de trabalho, e dessa forma, sem uma forte representatividade, elas são excluídas politicamente pela dificuldade de manter uma organização mínima que lhes permita participar de tomadas de decisões que afetam suas condições de vida. São mulheres isoladas socialmente por vários motivos: sua escolaridade, seu local de trabalho, sua falta de participação em associações de políticas públicas, falta de acesso a tecnologias. As mulheres trabalhadoras informais do centro comercial de Macapá são exemplos típicos da exclusão involuntária, que assume formas variadas desde econômica até cultural.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRUSCHINI, Cristina e RIDENTI, Sandra, “Desvendando o oculto: Família e Trabalho Domiciliar em São Paulo”, em Abreu, Alice Rangel de Paiva (org.) O trabalho invisível, Rio funda Editora, Rio de Janeiro, 1993.

CACCIAMALI, Maria Cristina, Globalização e processo de informalidade. São Paulo, Texto para Discussão No 01/2000, IPE/USP, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina, O setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, Ed. IPE/USP, 1983.

CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: Mulher e Trabalho. Suas reivindicações na Última Década 1976 – 1986. BRASILIA-DF

CORREA, Rosilda Oliveira. Mercado de trabalho informal: um comportamento entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10” anos. Disponível em: [http:// www.facilam.br/revistanupem](http://www.facilam.br/revistanupem). 2009.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho Informal, sofrimento e alienação no século XXI: O trabalho nas ruas de Salvador. UFBA, 2004.

HIRATA, Helena. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. Caderno CRH. Salvador V24 n° spe01 p.15-22, 2011.

JAKOBSEN, Kjeld A.. Introdução. In. Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. – 1ª edição p.7-10.

LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M. I. B. (Coord.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: Abep, Nepo / Unicamp e Cedeplar / UFMG, São Paulo: Editora 34, 2000.

MAIA, Cláudia Neves. O Perfil Socioeconômico das Mulheres Manauaras que Desenvolvem a Atividade Informal no Entorno do Uninorte. Disponível em www.puc-rio.br

MAGALHÃES, B; SILVA, G. A mulher no trabalho, na família e na universidade. Revista Eletrônica Arma da crítica, março de 2010. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/12>.

MUNIZ, Mirella de Carvalho Bifano. O mercado de trabalho da mulher e as ações afirmativas atribuindo-lhes tratamento especial.

OLIVEIRA, Eurenice. Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SALOMÃO, Ana Karine e DREWS, Karina: Cultura do trabalho / Instituto de Estudos Empresariais. – Porto Alegre: IEE, 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Erico Vital. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro:SENAC, 1998.

SENA, Ana Laura. O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios/Ana Laura Sena. Belém: NAEA, 2002.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. Trabalho informal: da funcionalidade á subsunção ao capital. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>

PEREIRA, SANTOS E BORGES. A mulher no mercado de trabalho. <http://www.UFMA.br.pdf>.